

# O ensino da História da escravidão no Rio Grande do Sul através de documentos: um relato de experiência

## *Teaching the History of Slavery in Rio Grande do Sul through Documents: An Experience Report*

Vanderlei Machado\*

Dionathas Moreno Boenavides\*\*

### RESUMO

O presente relato descreve uma experiência de ensino baseada em documentos sobre a escravidão no Rio Grande do Sul e realizada em turma de EJA do segundo ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da UFRGS, no segundo semestre de 2017. No desenvolvimento da atividade, foi utilizada a caixa pedagógica AfricaNoArquivo, disponibilizada pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). A caixa comporta fac-símiles de documentos oficiais sobre a escravidão e outros materiais pedagógicos. Ao aplicar essa atividade, buscou-se aprofundar análises sobre a História da escravidão no estado, atendendo à Lei 10.639; colocar as/os estudantes em contato com documentos históricos; demonstrar um pouco o *métier* da/do historiador/a e auxiliar na compreensão mais complexa de alguns aspectos da História afro-brasi-

### ABSTRACT

The present report describes a teaching experience based on documents about slavery in Rio Grande do Sul and carried out in an EJA class in the second year of high school at the UFRGS's Colégio de Aplicação, in the second half of 2017. In the development of the activity, the pedagogical box AfricaNoArquivo, made available by the Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), was used. The box contains facsimiles of official documents on slavery and other pedagogical materials. In applying this activity, we sought to deepen analyzes on the History of slavery in the state, in compliance with Law 10,639; to put students in contact with historical documents; to demonstrate a little of the historian's *metier* and to give a more complex understanding of some aspects of Afro-Brazilian history during the slave period. The activity

---

\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. vandermachado@hotmail.com

\*\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. dionathas.boenavides@ufrgs.br

leira no período escravocrata. A atividade contribuiu para que os/as estudantes compreendessem como se produz o conhecimento histórico.

Palavras-chave: ensino de História; História da escravidão no Rio Grande do Sul; documentos históricos.

contributed for students to understand how historical knowledge is built.

Keywords: History teaching; History of slavery in Rio Grande do Sul; historical documents.

Este relato discorre sobre uma experiência de ensino realizada com uma turma do segundo ano do Ensino Médio (EM2) da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Trata-se de uma atividade que utilizou fac-símiles de documentos oficiais que registram a escravidão no Rio Grande do Sul e cujos originais estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). A presente narrativa compreenderá os seguintes momentos: caracterização da turma onde a atividade foi desenvolvida; breve histórico da caixa pedagógica Afri-  
caNoArquivo; apresentação do referencial teórico e metodológico que orientou o nosso fazer pedagógico; descrição do planejamento e da realização das atividades desenvolvidas em sala de aula.

A construção deste relato será realizada a partir dos registros elaborados pelos professores envolvidos, quais sejam, planos de aulas, plano de ensino, atividades desenvolvidas pelos/as estudantes e o relatório final do Curso de Aperfeiçoamento em Prática Docente (Programa de Educação Continuada) do Colégio de Aplicação/UFRGS/2017.

Os objetivos do Programa de Educação Continuada, conforme o Edital Nº 1 de 2017 do CAp/UFRGS, são:

- (a) Oportunizar novas possibilidades de formação e de reflexão sobre a prática docente a recém-graduados e/ou professores de escolas de Educação Básica, ampliando o espaço para parcerias institucionais;
- (b) Oportunizar a professores de escolas da Educação Básica e do Colégio de Aplicação a troca de experiências e discussões teórico-metodológicas que possibilitem atualização e análise crítica na busca de alternativas de ações voltadas para uma educação contextualizada;
- (c) Oferecer aos graduados, egressos das licenciaturas, a discussão teórica e o exercício de prática docente em suas áreas de formação, orientada por professores efetivos do Colégio de Aplicação e, assim, contribuir para o aperfeiçoamento

técnico e pedagógico do profissional em educação. (CAP/UFRGS – RS. Edital nº 01/2017 [Programa de Educação Continuada]. Porto Alegre, 2017.)

Nesse programa, o/a professor/a de Educação Continuada segue o Plano de Ensino elaborado pelo professor orientador, preparando seus Planos de Aulas com base no documento. O professor orientador avalia e sugere, quando necessário, modificações nos materiais pedagógicos elaborados pelo professor de Educação Continuada. A proposta em tela foi planejada e desenvolvida conjuntamente pelo professor orientador e pelo professor de Educação Continuada.

#### A CAIXA PEDAGÓGICA AFRICANOARQUIVO, A PROPOSTA DE TRABALHO E A TURMA ENVOLVIDA

A caixa pedagógica *AfricaNoArquivo*, empregada na atividade pedagógica em questão, foi elaborada pela equipe do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) a partir do patrimônio documental salvaguardado pela instituição. A caixa foi produzida com recursos captados em edital do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), com apoio da UFRGS através do Programa de Educação Patrimonial UFRGS/APERS, e foi idealizada no âmbito do projeto “*AfricaNoArquivo: fontes de pesquisa & debates para a igualdade étnico-racial no Brasil*”.<sup>1</sup> A caixa foi distribuída para 700 escolas do Rio Grande do Sul, notadamente da região metropolitana de Porto Alegre. Ela contém reproduções fac-similares de documentos relativos ao período da escravidão no estado e, no verso dos documentos, apresenta suas respectivas transcrições. Além disso, é disponibilizado um jogo pedagógico de tabuleiro, criado a partir desses documentos, um glossário, um material de apoio ao professor e um vídeo educativo.

Conforme Clarissa de Lourdes Sommer Alves, historiadora e técnica do APERS, a caixa tem por objetivo o “emprego do patrimônio documental como fonte primária nos processos de ensino e aprendizagem sobre história e cultura africana e afro-brasileira [...]”. A elaboração e a utilização dos documentos como materiais pedagógicos em sala de aula, continua Clarissa, está relacionada com “[...] a necessidade da efetivação da Lei 10.639 nas escolas de nosso

país, e sobre como esse patrimônio pode contribuir para uma educação voltada à igualdade étnico-racial” (ALVES, 2015, p. 648).

A caixa pedagógica dialoga com outras iniciativas: com os catálogos elaborados no APERS no seio do projeto Resgate da Conjuntura Histórica do Escravo no Rio Grande do Sul, que reuniu e publicou cartas de alforria, bem como processos crime, registro de compra e venda, inventários e testamentos nos quais houvesse menção a pessoas escravizadas; com a oficina Os tesouros do Arquivo Público, desenvolvida desde 2009, pelo Programa de Educação Patrimonial (PEP) UFRGS-APERS, voltada para turmas do Ensino Fundamental e que trabalha com documentos similares aos da Caixa (RODEGHERO e ALVES, 2016); e com o V Curso de Formação para Professores, promovido pelo PEP UFRGS-APERS em 2015, cujo tema foi História da Escravidão e da Liberdade no Rio Grande do Sul. Ao longo de dez encontros, foram apresentadas e discutidas as pesquisas mais recentes relativas à escravidão e luta por liberdade no Rio Grande do Sul. O professor orientador da prática aqui relatada participou do curso e sentiu-se instigado a dar continuidade aos debates, em sala de aula.

Visando inserir os documentos da caixa pedagógica em nossas aulas, iniciamos, no primeiro semestre de 2017, o planejamento das atividades. Nesse sentido, elaboramos textos didáticos sobre a História da escravidão no Brasil e no Rio Grande do Sul, organizamos exercícios de fixação dos conteúdos e produzimos as questões que orientaram os/as estudantes na leitura dos documentos analisados. Este roteiro de análise dos documentos serviu para explorar temas da História da escravidão no Rio Grande do Sul que geralmente não são abordadas nos livros didáticos. Entre estes, destacamos as várias estratégias empregadas para alcançar a liberdade, as diferentes possibilidades de resistência à escravidão, os/as diversos/as personagens sociais envolvidos na História da escravidão no Rio Grande do Sul, as formas de castigo, a constituição de famílias de escravizados e a importância do Arquivo Público como um espaço de memória do Rio Grande do Sul.

Na turma em que a atividade foi desenvolvida havia vinte e oito estudantes matriculados. Porém, na maioria das aulas, o número de ausentes era bem grande. Na noite em que a atividade aqui relatada foi realizada, por exemplo, contamos com a presença de quatorze estudantes, na sua maioria aquelas/es que já vinham da turma do primeiro ano do Ensino Médio (EM1), do semes-

tre anterior. Constatamos também que ao longo do semestre seis estudantes acabaram evadindo.

Vários são os fatores que favorecem a evasão escolar na EJA, como atestam os estudos sobre essa temática (SILVA FILHO e ARAÚJO, 2017). Em conversas com os/as estudantes da EJA do Colégio de Aplicação da UFRGS, ficamos sabendo que entre as principais motivações para a evasão escolar estavam a necessidade de trabalhar para sustento próprio e da família, a exaustão da maratona diária, desemprego e doença na família. A qualidade do serviço de transporte público também é um fator desestimulante. Muitos estudantes moravam nos bairros próximos da escola. Porém, alguns trabalhavam no centro de Porto Alegre e enfrentavam dificuldades para chegar no horário de início das aulas, o qual coincide com os grandes congestionamentos que ocorrem nas principais vias de acesso ao Colégio de Aplicação, principalmente quando chovia. Alguns moravam em bairros distantes, como Cavalhada, na zona sul de Porto Alegre. Muitas vezes, os/as estudantes se organizavam para voltar juntos/as para casa, de ônibus ou em carros particulares.

A turma era composta por donas de casa, servidores/as da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, trabalhadores/as terceirizados/as da mesma instituição, profissionais autônomos/as, entre outros/as. Dos vinte e oito estudantes matriculados na turma, quatorze haviam frequentado a turma EM1 no primeiro semestre de 2017. Os/as estudantes egressos/as da turma EM1 2017/1 haviam respondido a um questionário sociocultural aplicado pelo professor de História. Desses, sete se declararam brancos, quatro negros, um moreno e dois não responderam. Todos/as informaram que tinham acesso à internet em casa, no trabalho e na escola. A idade dos/as estudantes variava entre 19 e 62 anos. Cinco estudantes manifestaram o interesse de continuar os estudos em nível superior, dois mencionaram o desejo de fazer um curso técnico, dois registraram como motivação para voltar a estudar o fato de gostarem de aprender, dois apontaram o desejo de melhorar o salário, um destacou a praticidade pela proximidade da casa com a escola e dois manifestaram a vontade de recuperar o que denominaram de “tempo perdido”, ou seja, o período em que estiveram fora da escola.

Sobre o hábito de leitura, nove informaram que gostavam de ler (jornais, revistas, a bíblia, entre outros textos), quatro afirmaram não gostar de ler e um não respondeu. Buscando desenvolver o gosto e o prazer pela leitura entre os/

as estudantes da EJA do CAP da UFRGS, foi ofertada a oficina “O Prazer da Leitura”, ao longo de 2017. Ela foi desenvolvida pelos professores Juçara Benvenuti, de Português e Literatura, e Vanderlei Machado, de História. Nos encontros, os/as estudantes liam e debatiam contos escritos por grandes escritores/as brasileiros/as. As informações obtidas no questionário reforçaram a percepção que tínhamos em sala de aula, de que a maioria dos/as estudantes lia bem e escrevia razoavelmente bem. Acompanhando a turma ao longo de 2017, no entanto, constatamos o uso de frases longas com pouca atenção à pontuação e à acentuação. Estas questões eram discutidas durante as reuniões de professores, e foram trabalhadas, ao longo dos semestres, pela professora de Português e Literatura, o que contribuiu para que os/as estudantes tivessem desenvolvido melhor as habilidades de ler e escrever, no momento em que trabalhamos com a caixa AfricaNoArquivo.

Ainda sobre o questionário, todos/as os/as quatorze respondentes escreveram que gostavam de estudar História. Os motivos apresentados foram os mais diversos. Entre eles, destacamos: porque é “bom estudar como era antes a política, a religião” (o termo antes, certamente, refere-se ao passado de maneira geral); “devido ao fato de que a História nos dá identidade e você fica sabendo da sua origem”; a facilidade de entender/estudar essa disciplina e “rever os velhos tempos de antigamente”; “por ser interessante e desafiador”; porque é “interessante ter conhecimento”; “saber da História desde o começo, a origem dos fatos e como ocorreram realmente”; conhecer a História do Brasil para saber como esta foi “influenciada por outros países, Espanha, Portugal e todos os temas possíveis”; “é uma disciplina interessante, pois a História está sempre acontecendo”; “para ter mais conhecimento”. Depreende-se das respostas certa visão linear da História, que vai das “origens” até os dias atuais. Destaca-se ainda a ideia da História como “desafiadora”, dinâmica, “sempre acontecendo”. Diante de tamanha expectativa, a responsabilidade dos professores aumentava.

Na questão sobre os conteúdos que eles/as gostariam de estudar nas aulas de História sobressaiu o interesse pela História do Brasil. Entre os temas elencados registrou-se: a política no Brasil Colônia, sociedade, escravidão, religião, “tudo, o que o professor propor”, batalhas, guerras, Egito, a ditadura, fatos americanos e internacionais, “História do Rio Grande do Sul e todos os temas possíveis”. Apesar de centrado na História do Brasil, o espectro de interesses

era bastante amplo. Porém, os temas a serem abordados ficavam limitados pelo número de aulas. Estas ocorriam de quinze em quinze dias, com dois períodos por noite. Ao longo de um semestre, o número de aulas de História variava entre dezesseis e dezoito. É importante destacar que todas as disciplinas da grade curricular da EJA do CAP têm o mesmo número de aulas. Estas são agrupadas por blocos (Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Natureza, Expressão e Movimento e Comunicação).

Na EJA do Colégio de Aplicação da UFRGS, o Ensino Médio pode ser concluído em três semestres. Na disciplina de História, no primeiro semestre, na turma EM1, trabalhamos a História do Brasil Colônia; no segundo semestre, turma EM2, estudamos a História do Brasil Império; no terceiro semestre, turma EM3, abordamos a História do Brasil República. Este recorte centrado na História do Brasil parece estar adequado aos interesses manifestados pelos/as estudantes que responderam ao questionário. Em nossas aulas, buscamos relacionar o que acontecia na História do Brasil, que nos livros didáticos geralmente se concentra nos eventos ocorridos nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, com a História do Rio Grande do Sul.

Como as aulas eram quinzenais, planejávamos cada encontro com início, meio e fim. Poucas atividades eram enviadas para casa. Sempre que possível, realizávamos os exercícios e demais atividades em sala de aula, com a orientação dos professores. Quando as tarefas deviam ser realizadas em casa, demonstravam a ser entregues. Quando um/a estudante precisava faltar às aulas, a entrega de atividades poderia levar mais de um mês.

## O USO DE DOCUMENTOS ESCRITOS NO ENSINO DE HISTÓRIA

o uso de fontes no ensino de história pode ser uma estratégia adequada e produtiva para ensinar história a indivíduos que não têm como objetivo se tornar historiadores, mas para os quais o conhecimento da história pode fazer muita diferença na compreensão do mundo em que vivem e, portanto, na construção de seus projetos de vida. (PEREIRA e SEFFNER, 2008, p. 114)

Já existe uma bibliografia relativamente extensa que problematiza o uso de fontes históricas nas aulas de História. A leitura dessa bibliografia nos forneceu indicações importantes e tornou mais segura nossa experiência pedagógica. Nesse sentido, André de Faria Pereira Neto, por exemplo, informa-nos que o uso de “documentos escritos no ensino de História tem se tornado uma das práticas mais correntes na sala de aula”. A adoção deste recurso didático, segundo o autor, “tem condições de estimular a curiosidade investigativa e o desejo pelo conhecimento, transformando a sala de aula em um lugar de produção de conhecimento escolar” (PEREIRA NETO, 2001, p. 144).

Além de estimular “a curiosidade investigativa” e a produção de conhecimento, o documento histórico, segundo Marieta Pinheiro de Carvalho e Vivian Cristina da Silva Zampa, é um instrumento pedagógico que possibilita aos estudantes entrarem em “contato com o ‘real’”. Além de tornar mais concreto o processo de ensino-aprendizagem, continuam as autoras, o emprego de documentos em sala de aula “favorece o desenvolvimento intelectual dos alunos, permitindo ao docente sair do verbalismo que, na maioria das vezes, ainda hoje, infelizmente faz parte do cotidiano escolar” (CARVALHO e ZAMPA, 2017, p. 37). Ou seja, os/as estudantes passam a ser protagonistas no processo de aprendizagem e o/a professor/a assume o papel de mediador/a na construção do conhecimento.

Para Flávia Eloisa Caimi, mais do que meros objetos ilustrativos, os documentos possibilitam “desenvolver habilidades de observação, problematização, de sínteses, reconhecimento de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma” (CAIMI, 2008, p. 141). Na experiência pedagógica em tela, além de atentarmos para as possibilidades pedagógicas elencadas pelos/as diversos/as autores/as, tivemos o cuidado de não empregar os documentos como mera ilustração dos textos anteriormente discutidos com a turma. Os documentos sobre a escravidão, como procuraremos demonstrar, serviram tanto para aprofundar o conhecimento mais geral sobre a temática, quanto para destacar especificidades do trabalho escravo e da escravidão no Rio Grande do Sul.

## O TRABALHO COM A CAIXA PEDAGÓGICA AFRICANOARQUIVO

Na noite prevista para a realização da atividade com os documentos, inicialmente perguntamos se as/os estudantes conheciam o APERS e se sabiam onde ele se localizava. Com as informações esparsas que iam surgindo fomos construindo um mapa mental do centro histórico de Porto Alegre, localizando a rua Riachuelo, os prédios históricos da Biblioteca Pública, do Teatro São Pedro e, finalmente, o prédio do APERS. Fizemos uma breve explanação sobre o contexto histórico em que o Arquivo Público foi construído. Segundo Aline Nascimento Maciel e Camila Lacerda Couto, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) “foi criado através do Decreto 876, de 8 de março de 1906, e, na época, denominava-se ‘Repartição de Arquivo Público, Estatística e Biblioteca’, sendo subordinado à Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior” (MACIEL e COUTO, 2012, p. 90). O prédio histórico do APERS, construído especialmente para funcionar como arquivo, lembra um labirinto de aço. Em seus três andares estão dispostas as estantes que guardam os documentos acondicionados em caixas de papelão. Nelas estão conservados aproximadamente 8.005 metros lineares de documentos, entre eles, processos-crimes, cartas de alforrias, inventários, certidões de nascimento, habilitações para o casamento, documentos sobre a educação no Rio Grande do Sul e, mais recentemente, processos que relatam a perseguição de agentes públicos contra militantes políticos gaúchos que contestaram a ditadura civil-militar que comandou o Brasil entre 1964 e 1985. Mencionamos que estes documentos, cujo exemplar mais antigo remonta ao século XVIII, têm sido empregados por historiadores/as para a produção do conhecimento histórico e que a conservação dos mesmos é fundamental para que novos estudos possam ser realizados e para que sejam utilizados por professores/as no ensino de História.

Após essa breve contextualização histórica, fizemos circular entre os/as estudantes todos os documentos que seriam trabalhados/analísados. Pedimos que eles/as observassem a forma da grafia e suas diferenças em relação com os documentos atuais. Nesse primeiro contato, os/as estudantes deveriam tentar ler o documento sem consultar a “tradução” que existe no verso. Feita essa aproximação com a fonte documental, solicitamos que os/as estudantes se dividissem em cinco grupos. Destes, um foi composto por quatro estudantes, dois foram formados por três e outros dois foram formados por dois. Distri-

buímos, para cada grupo, um conjunto de documentos, a saber: a) processo-crime; b) carta de liberdade; c) registro de compra e venda de escravos; d) testamento e, e) inventário.

Os/as estudantes se juntaram em grupos e sentaram uns/umas de frente para os/as outros/as. Esta formação facilitava a troca de ideias e a circulação dos documentos entre os/as membros dos grupos. Após manusearem todos os documentos, cada grupo pôde consultar a “tradução” no verso. Para facilitar o entendimento dos termos pouco conhecidos, foi disponibilizado um glossário, que faz parte da caixa, no qual é possível consultar os significados de algumas palavras presentes nos documentos. O glossário ficou à disposição dos alunos para que sanassem possíveis dúvidas.

Entregamos aos grupos um questionário que deveria ser respondido após a leitura dos documentos. A primeira questão buscava relacionar o texto discutido na aula anterior com as informações contidas nos documentos: “Com base no texto ‘Economia, Revolução e Escravidão: A Província de Rio Grande no Século XIX’,<sup>2</sup> o que o grupo sabe sobre a escravidão no Rio Grande do Sul?” O grupo A, que ficou com o processo-crime, respondeu que “os escravizados eram tratados como sendo uma propriedade, como uma ferramenta ou um animal, negociados com contratos de compra e venda”. O Grupo B, que ficou com a carta de liberdade, respondeu que “basicamente os escravizados tinham o mesmo tratamento que no resto do país”. O grupo C, que analisou o registro de compra e venda de escravos, respondeu que os escravizados eram forçados a trabalhar e “que foram colocados na linha de frente” durante a Revolução Farroupilha, “com a promessa de liberdade ao fim da guerra”. O grupo D, que analisou o testamento, respondeu saber “que o melhor alimento do escravo era o charque” e que este “se tornou uma grande potência na economia”, assim como a “mandioca também era um alimento para o escravo.” O grupo lembrou ainda que na “revolução os escravos foram, principalmente, usados como lanceiros negros” e que na guerra faziam uso das habilidades desenvolvidas no “dia a dia” e “na caça”. Dessa forma, “provando que eram mais rápidos e tinham mais habilidades com a lança”. No final da guerra, continua o grupo, os líderes dos farrapos receberam “uma carta avisando que [o exército imperial] iria atacar o acampamento.” Apesar dessa informação, “o general David Canabarro não avisou os lanceiros”. Muitos foram mortos ainda que “o troco prometido [pelos líderes Farrapos] era a liberdade dos escravos”. E, finalmen-

te, o grupo E, que ficou com o inventário, constatava em sua resposta que “a elite era constituída pelos estancieiros e charqueadores. Já os que realmente lutavam eram os peões e os escravizados. Aos escravizados se prometia a liberdade ao fim da guerra, maneira de incentivá-los a lutar. Nas batalhas mais perigosas eram chamados os Lanceiros Negros, que eram escravizados com muita agilidade para lutar. Os lanceiros negros foram traídos pelo seu general David Canabarro e acabaram dizimados pelas tropas imperiais”.

Destas respostas percebemos que um grupo concluiu que as condições dos/as escravizados/as no Rio Grande do Sul eram idênticas às demais regiões do Brasil. Provavelmente referiam-se ao fato de que nas estâncias e charqueadas gaúchas a violência física foi utilizada da mesma maneira que nas fazendas de café e plantações de cana de açúcar, para falarmos somente de unidades que reuniam grande número de pessoas escravizadas. Outro grupo trouxe o tema da alimentação, lembrando os produtos que eram importantes na pauta econômica da então província de São Pedro. Porém, a temática mais lembrada foi a participação dos escravizados na guerra dos Farrapos e a traição da qual os Lanceiros Negros foram vítimas.<sup>3</sup> Lembrou-se que suas habilidades nas lides campeiras e nas charqueadas foram empregadas nos campos de batalhas. Destacou-se o fato de que esses guerreiros lutavam motivados pela promessa de liberdade. Porém, além de não receberem a prometida alforria “como paga”, foram mortos numa emboscada tramada entre o general David Canabarro e as forças imperiais.<sup>4</sup>

Cabe destacar ainda o uso, por alguns grupos, da palavra “escravizados” e não “escravos”. Na aula anterior, havíamos debatido que o emprego do primeiro termo, o nosso ver, desnaturalizava a escravidão, demonstrando que os africanos que foram capturados na África eram livres e que não nasceram escravos. Estes foram tornados escravos pelos detentores do nefando comércio e pelos fazendeiros e charqueadores, no caso do Rio Grande do Sul. Os termos “escravo” e “escravizado” são alvos de certa polêmica entre os pesquisadores que se dedicam à história do escravismo no Brasil. Conforme explica Fernanda Oliveira da Silva,

muitos historiadores e militantes da causa negra defendem que o termo escravo, consagrado pelo uso no período da escravidão, tende a reduzir seres humanos à mera condição de mercadoria (uma coisa, um objeto), um ser que não decide e

não tem consciência sobre os rumos da sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão. [...] Já o vocábulo escravizado é preferido por aqueles que pretendem atribuir novos significados à experiência da escravização e denunciar o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico e político, que diz respeito às condições sociais em que pessoas exercem poder sobre outras pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores. (SILVA et al., 2017, p. 12)

Buscando que os/as estudantes identificassem o tipo de documento sobre a escravidão que seu grupo havia recebido, a segunda e a quarta questões solicitavam que fosse indicado o título do documento e o ano da sua elaboração. As respostas foram: a) processo-crime, 1863; b) carta de liberdade de Faustino, 1866 e de Rita de Nação, 1835; c) registro de compra e venda de escravos, 1798; d) testamento, 1883 e, e) autos de inventário, 1871.

A terceira questão era sobre as pessoas referidas nos documentos e pedia que fossem descritas. O objetivo desta questão era fazer com que os/as estudantes percebessem as diferentes personagens sociais envolvidas na história da escravidão no Rio Grande do Sul. Dessa forma, pode-se perceber que a escravidão não era somente um negócio entre comerciantes de escravos e proprietários. Neste comércio estavam presentes os interesses do Estado, através dos funcionários públicos ou do tabelião, que documentavam e cobravam taxas e impostos. Também uma ampla parcela da sociedade civil, na figura das testemunhas, dava o seu aval e reconhecia a validade dos documentos produzidos pelo Estado referentes à escravidão.

No processo-crime, referente a uma insurreição de escravos que ocorreu na freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, datado de 10 de setembro de 1863, analisado pelo grupo A, foram destacados o depoente, denominado “preto Bento”, filho da “preta Eva” e de propriedade de Francisco Antonio Maciel; José, que era escravo de Innocente Maciel, e Luís, escravo de José Alves. Este é o documento mais extenso de todos, possuindo pelo menos cinco páginas e sendo muito rico em informações.

Nas cartas de liberdade de Rita de Nação, de 21 de julho de 1835, e de Faustino, datada de 22 de novembro de 1866, analisadas pelo grupo B, foram destacados no primeiro documento a beneficiária Rita, “ama de leite”; Manoel José de Barros, proprietário de Rita; Joaquim Barboza de Silva e Azevedo, o tabelião. Na carta de liberdade de Faustino o grupo registrou o beneficiário

Faustino José Gonçalves, com 18 anos; Honório José Gonçalves, proprietário de Faustino; Serafim Tacundes [*sic*] da Silva, Francisco de Macedo e Trindade, eram as testemunhas; e Eleutério José de Souza, o tabelião.

No registro de compra e venda de escravos, de 24 outubro de 1798, da Vila de Porto Alegre, Continente de Rio Grande de São Pedro, analisado pelo grupo C, foram relacionados a “negra Felizarda e três filhos mulatinhos de menoridade Francisco, Antonio e Felisbino”; os vendedores José Correa Guimaraens e sua mulher Ignacia Joaquina de Jesus; o comprador era Manoel Sylveira dos Santos. Como testemunhas assinaram Manoel Jozé dos Santos e Francisco Doarte Nunes.

No testamento, datado de 1883, da cidade de Rio Grande, e analisado pelo grupo D, foram destacadas as seguintes personagens: o preto forro Antonio Gaia, que na eminência de morrer registrava o seu testamento; Zeferina Gaia, sua filha; a finada Leopolina, preta forra e mãe de Zeferina e de Claudino, ambos pretos e forros; o preto forro Natasso Lubi Marinho, que devia certa quantia a Antonio Gaia e que foi escravo do Visconde Pereira Marinho, da Bahia.

Nos autos de inventário, datado de 21 de setembro de 1871, da cidade de Pelotas, analisado pelo grupo E, foram listados o escrivão Neves, do Juízo Municipal da Cidade de Pelotas; Dona Filisbina da Silva Antunes, como inventariante, o Coronel Antunes Maciel e seus Procuradores, Dr. Saturnino Epaminondas de Andrade e o Solicitador João Antunes da Silva. O objeto do inventário era a fazenda denominada “Arroio Grande”, situada ao lado de Pelotas, chamada à época de Paysandú, contendo sete acres de campo, avaliada em vinte dois contos de reis.

Destaca-se que nem todas as personagens registradas nos documentos foram arroladas pelos grupos. Essa ausência, certamente, está relacionada com o tempo que foi disponibilizado para a realização da atividade. No inventário, por exemplo, aparece, além dos nomes apresentados pelo grupo, uma grande quantidade de homens, mulheres e crianças escravizados. Seus nomes, idades, profissões e valores foram diligentemente registrados.

Na questão de número cinco, que perguntava se era possível perceber alguma forma de resistência escrava no documento, o grupo A, que analisou o processo-crime, respondeu que “sim, alguns escravos se reuniram para lutar por liberdade.” O grupo B, que analisou as cartas de liberdade, mencionou que

“não há relatos de resistência nas cartas analisadas.” O grupo C, que analisou o registro de compra e venda de escravos, informou que “não. Analisando o documento podemos perceber que os escravizados não tinham direito de escolher quem seriam os seus compradores.” O grupo D, que trabalhou com o testamento, inferiu que “o escravo Natosso Lubi Marinho, que foi escravo do Visconde Pereira Marinho, conseguiu comprar sua liberdade pegando dinheiro emprestado com Antonio Gaia.” Isso explicaria, segundo o grupo, o fato de que, no testamento, Antonio Gaia dividia esta dívida entre seus herdeiros. O grupo E, que analisou os autos do inventário, chegou à conclusão de que o documento não apresenta formas de “resistência escrava”.

Nosso objetivo com esta questão era demonstrar que, apesar de serem arrolados como bens de uma fazenda ou de um proprietário, os escravizados possuíam várias formas de resistência, entre elas a compra da liberdade, por meio de um empréstimo contraído com um ex-escravizado, ou se “reunindo para lutar por liberdade”. Essa busca pela liberdade demonstra que os escravizados não eram meros objetos de compra e venda, que aceitavam pacificamente a escravidão que lhes era imposta, mas sim seres humanos que faziam uso de várias estratégias para alcançar a liberdade.

Na questão de número seis, solicitava-se que o grupo buscasse perceber se os escravizados estavam submetidos a alguma forma de castigo. A esta questão o grupo A respondeu que sim. Aos condenados no processo deveriam ser “aplicados cinquenta açoites e trazer um ferro ao pescoço por trinta dias”. O grupo B informou que “não há relatos de castigo nas cartas de liberdade.” Os grupos C e D não encontraram relatos de castigos. Os/as estudantes destes grupos explicaram essa ausência devido à natureza dos documentos. O primeiro era uma carta de compra e venda e o segundo, um testamento. Os integrantes do grupo E, apesar de também não encontrarem castigos nos autos de inventário, informaram que os escravizados lutavam “na linha de frente” na guerra. Além disso, eram descritos como objetos nos inventários que poderiam ser vendidos por seus senhores. Ou seja, para este grupo, havia outras formas de violência, além dos açoites e castigos físicos. Entre elas estava mandar os escravizados para a “linha de frente” na guerra e a transformação dos mesmos em objetos “pertencentes aos seus senhores”. Aqui foi um momento em que os conteúdos da aula preparatória tiveram mais peso do que os documentos analisados. Ao mesmo tempo, ficou claro que os materiais analisados foram

selecionados com o objetivo de apresentar a história dos escravizados não apenas como uma história de castigos.

Na questão de número sete, perguntava-se: “acordo com a análise do documento, que formas os escravizados possuíam de conseguir a liberdade?”. A esta questão, o grupo A, que analisou o processo-crime, respondeu que uma forma de buscar a liberdade era “fugindo ou se reunindo para se rebelar.” O grupo B, que analisou as cartas de liberdade, destacou que Faustino somente “iria ser liberto depois de 12 anos servindo o exército”. Ou seja, havia uma condição para alcançar a liberdade. Já Rita de Nação comprou a sua liberdade. O grupo C, que analisou o registro de compra e venda de escravos, informou que não encontrou “nenhum registro que mostre alguma reação dos escravizados para conseguir a liberdade”. O grupo D, que trabalhou com o testamento, destacou que uma forma de alcançar a liberdade era “pegando dinheiro emprestado”. O grupo E, que analisou os autos do inventário, respondeu que “era possível naquela época o escravo comprar a liberdade”. Nota-se que esta última resposta está baseada no conhecimento dos membros do grupo e não numa informação oriunda do documento, como pedia a questão.

Das dez questões que os/as estudantes tinham que responder, sete solicitavam informações presentes nos documentos, a saber, as questões de número dois a sete e a questão de número nove. A questão de número oito instava os/as estudantes a cotejarem informações presentes nos documentos com conhecimentos que eles/as tinham sobre o assunto. Neste sentido, questionava-se: “a partir da análise do documento e do conhecimento do grupo, o que podemos concluir sobre a história da escravidão no Rio Grande do Sul?”. Os/as participantes do grupo A informaram que “os escravizados tinham péssimas condições de vida, eram torturados, considerados um bem material. Permitia-se que eles formassem família porque assim [os senhores] teriam mais mão de obra”. Os/as estudantes do grupo B responderam que “o tratamento [dispensado aos escravizados no Rio Grande do Sul] era semelhante ao restante do país”. O grupo C registrou que “através da análise do documento podemos avaliar que os escravizados eram negociados como um objeto ou animal, mediante um documento de compra e venda”. O grupo D afirmou que a dívida contraída para comprar a liberdade não se extinguiu com a morte de quem emprestou o dinheiro. Essa era repassada aos herdeiros na forma de herança. O grupo E respondeu que “os escravos nos inventários eram vendidos como

mercadoria, nas charqueadas os escravizados faziam o trabalho duro. A verdadeira história sobre os escravizados foi omitida, pois o que foi dito era que os generais e seus pares foram os heróis e na verdade foram eles, os escravizados e também os Lanceiros Negros as peças fundamentais para que a elite se tornasse vencedora”.

Na questão de número nove, solicitava-se que os/as estudantes registrassem outras informações presentes nos documentos analisados e que não haviam sido contempladas nas questões elaboradas pelos professores. A pergunta era se o grupo havia percebido “alguma outra informação sobre a escravidão no Rio Grande do Sul presente no documento”. Sobre isso, o grupo A anotou que “os escravizados de donos diferentes tinham contato entre si, podendo assim se unir para fugir ou se rebelar”. Ou seja, a escravidão não impedia que a circulação de escravizados de diferentes proprietários possibilitasse a troca de ideias de resistência e de sonhos de liberdade. O grupo B destacou que “Faustino ia ganhar a liberdade depois de doze anos servindo no exército no lugar do seu dono. A Rita comprou sua liberdade”. Esta resposta complementava o que foi respondido pelo grupo na questão de número sete. O grupo C anotou que “uma informação que percebemos foi que o comprador [dos escravizados] não sabia assinar o seu próprio nome, marcando [o local da assinatura no documento] com um x”. Ou seja, causou estranhamento o fato de um homem com posses para comprar escravizados não saber escrever. O grupo D afirmou que não encontrou outras informações “por ser um testamento”. Não exploramos essa resposta no momento do debate, o que faz com que não seja possível indicar o que os/as estudantes entenderam da pergunta. O grupo E respondeu que “os negros escravizados eram classificados por valores”. Os de maior valor financeiro eram “aqueles entre 15 até 50 anos”. Os de menor valor estavam na faixa etária compreendida entre “um ano até 12 anos e de 50 anos em diante.”

Cabe ressaltar que o aprofundamento das respostas esteve limitado pelo tempo que dispúnhamos para realizar a atividade. Possivelmente, com mais tempo, os/as estudantes poderiam ter explorado ainda mais a documentação estudada em sala de aula. Apesar disto, o resultado da atividade no geral foi bastante satisfatório. Pudemos perceber, tanto nos trabalhos escritos quanto na apresentação oral que foi realizada no final da aula, o envolvimento e o interesse de todos/as na atividade. Inclusive, enquanto circulávamos entre os

grupos, podíamos ouvir os/as estudantes fazendo relações entre o que estavam estudando com filmes e séries de TV que assistiram e/ou com leituras que realizaram fora do espaço escolar.

Buscando fazer com que os/as estudantes reconhecessem a relevância do Arquivo Público como um espaço de memória do Rio Grande do Sul, como última questão, solicitamos que os/as mesmos/as refletissem sobre a importância do APERS para a História e para a sociedade. O grupo A respondeu que “o Arquivo Público nos possibilita conhecer realmente os acontecimentos”. Para o grupo B o arquivo “é um local para pesquisas e para conhecermos um pouco mais da história do Estado e é uma instituição que possui documentos importantes”. O grupo C destacou a importância do APERS na preservação de documentos e a “História do Rio Grande do Sul, através dos tempos”. A importância do APERS na preservação dos documentos e das informações neles contidas foi a tônica da resposta do grupo D. Este destacou ainda o valor do documento como “prova histórica”. Nessa direção, o grupo E enfatizou que “toda história comprovada por documentos legítimos traz autenticidade ao acontecimento, que deve trazer reflexões sobre as mazelas ocorridas na história, provocando mudança no cotidiano atual.” Possivelmente, ao passar pela rua Riachuelo e deparar com o prédio do APERS, os/as estudantes olharão para o mesmo com outro olhar, pois têm em mente que ali se preserva uma parte importante da memória histórica do Rio Grande do Sul.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com documentos em sala de aula é um desafio interessante. Retira os/as professores/as da zona de conforto dos textos didáticos prontos e os/as estudantes da recepção passiva de conhecimento, transportando-os a um conceito mais ativo de produção. Na atividade relatada, foram diversas as etapas necessárias. O início, com reuniões entre os professores, buscou estabelecer o recorte temático que viria a dirigir a atuação ao longo do semestre. Após a seleção da temática da História dos escravizados e da escravidão no Rio Grande do Sul, passou-se ao planejamento e produção de textos próprios para serem utilizados, tendendo a ir do macro (escravidão no Brasil) ao micro (centrando o recorte geográfico no estado gaúcho). As primeiras aulas, que tinham como temática a chegada da família real portuguesa ao Brasil e o processo de

emancipação em relação a Portugal, já direcionavam as reflexões para as questões afro-brasileiras. Buscou-se não focar exclusivamente nas questões da macropolítica, mas oferecer debates sobre a realidade de grupos socialmente marginalizados, visando perceber rupturas e permanências que a independência legou a esses setores. O passo seguinte foi o estudo de temáticas como economia e sociedade no Brasil do século XIX, o que tornou possível historicizar brevemente a questão dos escravizados e da escravidão ao longo do Brasil Império, para então propor uma história que não tratasse apenas da exploração sobre escravizados, mas percebesse igualmente a história de resistência ativa ao escravismo.

A etapa subsequente centralizou o olhar sobre o estado do Rio Grande do Sul. Temas como economia, sociedade e história da Revolução Farroupilha foram abordados. Em todos eles, questões envolvendo tanto exploração quanto resistência foram tratadas. Ademais, o trabalho afastou-se das versões “heróicas” que por vezes caracterizam o estudo da Revolução Farroupilha e, por focar na história dos/as escravizados/as, explorou outros tópicos, como a Traição de Porongos (que, como se pôde perceber, chamou especialmente a atenção dos/as estudantes). Tendo sido trabalhados os temas mais direcionados ao contexto gaúcho, pôde-se partir para o trabalho com os documentos. Um “roteiro de leitura” foi elaborado e distribuído em sala de aula, logo após os/as estudantes terem o primeiro contato com os fac-símiles. O objetivo era oferecer uma ferramenta facilitadora para a interpretação dos escritos, assim como uma forma de os professores avaliarem o resultado do trabalho feito ao longo do semestre.

O grande obstáculo para o desenvolvimento da atividade foi a limitação da carga horária. Apesar disso, o resultado mostrou-se grandemente satisfatório. Ver os/as estudantes, mesmo que brevemente, compreendendo-se como produtores de conhecimento e história foi, talvez, o ponto de maior destaque. Os chamados das/as estudantes que gostariam de mostrar aos professores algo que perceberam e que se configurava como novidade em seus arcabouços de conhecimento demonstraram o sucesso da atividade. Isso foi possível pela percepção de que, se o objetivo era abordar o período imperial brasileiro da forma mais “abrangente”, não seria possível focar em questões de cidadania, resistência e protagonismo de grupos subalternos na História. Todo conteúdo é resultado de recortes. Foi considerado interessante que a seleção feita para o

relatado semestre fosse mais restrita, o que permitiu desenvolver concepções de sujeitos ativos, tanto como produtores de conhecimento quanto como agentes da História.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Clarissa de Lourdes Sommer. O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e as caixas pedagógicas AfricaNoArquivo: história, memória e patrimônio para a igualdade étnico-racial. In: SÁ MOTTA, Rodrigo Patto; DE LUCA, Tânia Regina (Orgs.). *Cadernos de Resumo do Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores, velhos e novos desafios*. Florianópolis, SC, 27 a 31 de julho 2015: ANPUH, 2015, p. 648.
- BENVENUTI, Juçara. *O dueto leitura e literatura na educação de jovens e adultos*. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n.28, p.129-150, dez. 2008.
- CARVALHO, Ana Paula Comin de. O memorial dos Lanceiros Negros: disputas simbólicas, configurações de identidades e relações interétnicas no Sul do Brasil. *Sociedade e cultura*, v. 8, n. 2, Jul./Dez. 2005, p. 143-152.
- FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1995.
- GOMES, Nilma Nilo. Alguns termos e conceitos presentes no debate das relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Brasília: Coleção Educação para Todos. SECAD/MEC, 2005, p. 39-45.
- KUHN, Fabio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.
- MACIEL, Aline Nascimento; COUTO, Camila Lacerda. O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e as fontes judiciais. *MÉTIS: história & cultura*, v. 11, n. 21, p. 89-100, jan./jun. 2012.
- CARVALHO, Marieta Pinheiro de; ZAMPA, Vivian Cristina da Silva. O Arquivo Nacional na “Sala de Aula”: fontes históricas na construção do conhecimento. *Revista História Hoje*, v. 6, nº 12, p. 35-54, 2017.
- MACHADO, Vanderlei; ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. Educação Patrimonial, Direitos Humanos e Memória: um relato de experiência na Educação de Jovens e Adultos. *Instrumento – Revista em Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 18, p. 185-197, 2016.
- PEREIRA NETO, André de Faria. O uso de documentos escritos no Ensino de

- História. Premissas e bases para uma didática construtivista. *História & Ensino*, Londrina, v.7, p. 143-165, out. 2001.
- PEREIRA, Nilton M.; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 2002.
- RODEGHERO, Carla Simone; ALVES, Clarissa Sommer. As oficinas de educação patrimonial do PEP UFRGS-APERS. In: *Anais do I Simpósio Nacional de História e Patrimônio Cultural*, Porto Alegre: UFRGS, outubro, 2016, p. 703-713.
- SILVA, Fernanda Oliveira da. [et al.]. *Pessoas Comuns, Histórias Incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS/EST Edições, 2017.
- SILVA FILHO. Raimundo Barbosa da; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017.

## NOTAS

<sup>1</sup> O material da caixa pedagógica AfricaNoArquivo está disponível para download e reprodução em: <https://arquivopublicors.wordpress.com/category/africanoarquivo-2/>.

<sup>2</sup> Esse texto foi elaborado pelos professores da turma com base na seguinte bibliografia: FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1995; KUHN, Fabio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

<sup>3</sup> Ver: CARVALHO, Ana Paula Comin de. O memorial dos Lanceiros Negros: disputas simbólicas, configurações de identidades e relações interétnicas no Sul do Brasil. *Sociedade e cultura*, v. 8, n. 2, Jul./Dez. 2005, p. 143-152.

<sup>4</sup> Sobre esse tema, ver o documentário gaúcho “Manifesto Porongos”, que fala da história omitida dos negros e negras gaúchos/as na Revolução Farroupilha. O filme é gratuito e está disponível na internet no link: <https://youtu.be/sPRxjrjQ44pA>. Acesso em: 17 ago. 2018.

---

Artigo recebido em 22 de abril de 2020. Aprovado em 2 de junho de 2020.